O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 20 | Nº 60 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.14580344

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

A RELAÇÃO ENTRE CAPITAL SOCIAL E DEMOCRACIA (2010/2020)

José Antonio Ribeiro de Moura[1]

Everton Rodrigo Santos[2]

Sueli Maria Cabral[3]

Cíntia Viviane Ventura da Silva[4]

Resumo

A teoria do capital social tem sido testada nas últimas décadas, produzindo evidências robustas na academia de que as características da sociedade civil afetam em muito a qualidade da democracia, a robustez das comunidades e o espírito de participação cívica das pessoas. Na esteira destes trabalhos, este estudo investiga em que medida a diminuição do capital social tem impactado a confiança na democracia no período de 2010 a 2020. Este trabalho é uma pesquisa tipo survey, quantitativa, utilizando-se a base de dados originária da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey/ WVS) por meio de questionários padrão apresentados em escala global. A análise dos dados deu-se mediante a estatística descritiva com tabelas de frequência por intermédio do uso do software SPSS V24, extraímos cálculo de percentuais e cruzamentos. Os resultados indicaram que há uma relação de associação entre capital social e democracia e ao mesmo tempo um certo declínio nos indicadores do capital social que afeta diretamente a crença na democracia. Conclui-se que este cenário se mostra preocupante, uma vez que pode sugerir uma ameaça aos valores democráticos, às liberdades fundamentais e aos procedimentos institucionais, caracterizando uma democracia inercial no país.

Palavras-chave: Brasil; Capital Social; Democracia.

Abstract

Social capital theory has been tested in recent decades, producing robust evidence in academia that the characteristics of civil society greatly affect the quality of democracy, the robustness of communities and people's spirit of civic participation. In the wake of these works, this study investigates to what extent the decrease in social capital has impacted confidence in democracy in the period from 2010 to 2020. This work is a survey, quantitative research, using the database originating from the Global Survey of Values (World Values Survey/ WVS) through standard questionnaires presented on a global scale. Data analysis was carried out using descriptive statistics with frequency tables using SPSS V24 software, calculating percentages and crosses. The results indicated that there is an association between social capital and democracy and at the same time a certain decline in social capital indicators that directly affects the belief in democracy. It is concluded that this scenario is worrying, as it may suggest a threat to democratic values, fundamental freedoms and institutional procedures, characterizing an inertial democracy in the country.

Keywords: Brazil; Democracy; Share Capital.

[1] Doutor em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale (Feevale). E-mail: mourareis@uol.com.br

[2] Doutor em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: evertons@feevale.br

[3] Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). E-mail: suelicabral@feevale.br

[4] Mestra em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: cintiavvs@gmail.com

INTRODUÇÃO

A década de 2010 foi um período muito marcante tanto na economia quanto na política brasileira. No início da década, o país registrou um crescimento econômico de 7,5%, o maior deste século, comparável apenas ao período de 1963 a 1973, quando a economia cresceu a uma média de 10,2% ao ano. Contudo, entre 2014 e 2016, o PIB brasileiro decresceu -8,6%, afetando substancialmente o cenário político que culminou no impeachment da Presidente Dilma Rousseff. O cenário político, por sua vez, sofreu uma transformação significativa a partir 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro. Após 14 anos de governos de centro-esquerda, a chegada de Bolsonaro ao poder trouxe uma agenda de extrema direita, gerando uma grande tensão às instituições democráticas construídas desde a Constituição de 1988.

Neste âmbito, a legitimidade das democracias ocidentais estabelecidas ainda é dependente do seu desempenho econômico. Uma democracia formal e substantiva dificilmente se materializa numa sociedade na qual o poder econômico está concentrado nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população enfrenta dificuldades no seu cotidiano que apontam para um futuro incerto. Contextos como este, contribuem com comportamentos autoritários, uma vez que a frustração em relação à política gera argumentos em defesa da retomada autoritária do poder no país. Onde existem grandes desigualdades econômicas e sociais, dificilmente a democracia poderá subsistir. O Brasil caracteriza-se por ter uma democracia inercial, que não avança.

Entende-se que a democracia pode ser repensada para além dos termos da representação delegada, passando a incorporar formas de inclusão do cidadão e da sociedade civil na determinação e construção democrática de uma nação. Desta maneira, o capital social influencia a forma pelas quais indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora das instituições estabelecidas, influenciando também no grau de confiança entre cidadãos e líderes, nas aspirações comuns da comunidade política, nos critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e no significado de conceitos que os indivíduos possuem sobre democracia, justiça, liberdade e igualdade. Neste contexto, incorporada à teoria da democracia, temos o conceito de capital social que por meio da sua ideia central de confiança institucional, está relacionado à qualidade da democracia. Desta forma, este trabalho pretende contribuir com tal questão visto que se propõe a investigar em que medida a diminuição do capital social teve impacto sobre a confiança na democracia brasileira no período analisado? Analisar o capital social e a democracia é fundamental para compreender a qualidade das instituições e a coesão social em uma sociedade, mas também pelo fato deste trabalho contribuir para os estudos sobre a importância do capital social tem ainda para a democracia.

Assim, este estudo justifica-se por monitorar os estoques de capital social no período estudado pois estes fortalecem as associações civis que contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa dos seus efeitos internos sobre o indivíduo, mas também pelos seus efeitos externos sobre a sociedade, por intermédio dos valores sociais, culturais e dominantes, pois as normas compartilhadas pela sociedade influem no tipo de liberdades desfrutadas pelos indivíduos.

Em um determinado ambiente democrático, um alto nível de capital social contribui para uma maior participação política, a efetividade das políticas públicas e a resistência a comportamentos autoritários, promovendo uma governança mais inclusiva e representativa. Dessa forma, o estudo do capital social permite também entender as dinâmicas de envolvimento comunitário, confiança nas instituições e a capacidade de a democracia se consolidar e se renovar ao longo do tempo.

Para atingir esse objetivo, esta pesquisa utilizou-se do método quantitativo, de pesquisa tipo survey, sendo utilizada a base de dados originária da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*/ WVS) por meio de questionários padrão apresentados em escala global no período entre 2010 a 2020.

Para dar conta do seu objetivo central, o texto se organiza da seguinte forma: na primeira seção apresenta-se o referencial teórico sobre o capital social como fonte de desenvolvimento socioeconômico e bem-estar social. Na segunda seção, discute-se a literatura sobre democracia e suas conexões com o capital social. Na terceira seção, detalha-se o método utilizado para a pesquisa quantitativa por meio de questionário da Pesquisa Mundial de Valores. Na quarta seção, apresenta-se a discussão da relação entre democracia e capital social, na qual apresentamos os resultados da análise de nossos dados e a demonstração de nossa hipótese de trabalho. Por fim, nas considerações finais, apresentamos nossas conclusões do trabalho, bem como, sugestões para pesquisas futuras.

CAPITAL SOCIAL COMO FONTE DE DESENVOLVIMENTO

A teoria do capital social desenvolvida por Robert Putnam, cientista político e professor norte-americano com atuação na Universidade Harvard, tem no trabalho do francês Aléxis de Tocqueville (2000) provavelmente, a sua maior influência. Em sua obra "A Democracia na América", Tocqueville observou um forte caráter associativo e participativo na cultura norte-americana da época. A ação recíproca entre as pessoas seria fundamental para a edificação do sentimento comunitário e para a manutenção da civilização (TOCQUEVILLE, 2000).

O conceito de capital social ganha notoriedade a partir do livro de Robert Putnam, intitulado *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, publicado em 1993. Com a versão em

português intensificou-se o interesse acadêmico pelo estudo do conceito no Brasil e o seu uso em programas diversos tem sido experimentado e colocado à prova. Em termos de linhas de pensamento, podemos classificar a primeira definição, de Putnam, como uma visão culturalista.

Neste sentido, para Putnam (2000), o capital social (refere-se às conexões entre os indivíduos) é constituído de práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação, promovendo aumento dos benefícios de investimento em capital físico (refere-se a objetos físicos) e humano (refere-se às propriedades dos indivíduos). O autor ressalta o capital social como uma cultura de confiança, normas e redes (práticas sociais), tolerância e reciprocidade, em que esses indicadores instituem características de ordem social, cultural e institucional para a produção de interações sociais, facilitando as ações coordenadas e cooperação para benefícios compartilhados. Num sentido macro, visando ao benefício da democracia e do desenvolvimento social. Quanto maior e mais rico for o número de possibilidades associativas numa sociedade, maior será o volume de capital social.

Em vista disso, Putnam (2006) considera que as normas e cadeias de relações sociais constituem formas de capital social, do mesmo modo que a confiança multiplica com o uso e diminui com o descaso. Para se constituir a confiança mútua, é necessário fortalecer o sistema de participação e cooperação entre instituições e comunidade. De acordo com Putnam,

> A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos [..] (PUTNAM, 2006, p. 180).

Desse modo, a cooperação surge como um poderoso efeito secundário dos sistemas de engajamento cívico, pois as associações aumentam os custos potenciais para o transgressor em qualquer transação individual; promovem sólidas regras de reciprocidade; facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos.

Para Sen (2000), o funcionamento bem-sucedido de uma economia de troca depende da confiança mútua e do uso de normas – explícitas e implícitas, imprescindível para conservar o capital social. A cooperação gera confiança (PUTNAM, 2006).

Neste seguimento, Putnam (1993) exprime que os estoques de capital social, tais como confiança, normas e redes, tendem a ser retroalimentados e cumulativos, desta forma o capital social não se esgota, quanto mais se utiliza mais desenvolve, propiciando maior eficiência para a sociedade que confia na reciprocidade generalizada.

Nesta perspectiva, outros institucionalistas detêm concordância com a dimensão cognitiva do capital social: ao garantir o cumprimento de contratos e das normas legais, as instituições também contribuiriam para aumentar o nível de confiança interpessoal ou generalizada (FUKUYAMA, 1996).

Em suma, Putnam ressalta que quanto mais desenvolvido o tecido associativo e as relações horizontais em uma comunidade, "[...] maior será a probabilidade que os cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo" tendo grande utilidade na resolução de problemas de ação coletiva e mútuo apoio dentro dos grupos (PUTNAM, 2006, p. 183).

Diante de uma definição tão fluida e abrangente, o capital social torna-se um conceito amplo e difuso, uma vez que redes de confiança e solidariedade podem referir-se desde uma densa rede de organizações e associações civis (tais como ONGs, associações profissionais, de classe, religiosas, de bairros, entidades filantrópicas, cooperativas de produção, grupos em geral etc.) até às conexões sociais mais informais, como relações de amizade (PUTNAM, 1993). Neste âmbito, Putnam (2006, p. 103-104), afirma que "as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa dos seus efeitos internos sobre o indivíduo, mas também pelos seus efeitos externos sobre a sociedade".

O autor identificou que as regiões de economia industrializada na Itália em 1970 não eram as mesmas de um século atrás, contudo, "as regiões caracterizadas pela participação cívica no final do século XX são as mesmas cooperativas, associações culturais e as sociedades de mútua assistência do século XIX" (PUTNAM, 1993, p.162). E ainda que, a igualdade política é um dos pontos significativos que estão inseridos na comunidade cívica, que se mantém unidade por relações horizontais de reciprocidade e cooperação (os cidadãos interagem como iguais e não como patronos e cientes ou como governantes e requerentes) e não por relações verticais de autoridade e dependência (PUTNAM, 2006).

Neste sentido, os mecanismos pelos quais o engajamento cívico e a conexão social produzem tais resultados, melhores escolas, desenvolvimento econômico mais rápido, um governo menor e mais eficaz. O principal fator que explica o bom desempenho de um governo é certamente até que ponto a vida social e política de uma região se aproxima do ideal de comunidade cívica.

Por diversas razões, a vida é mais fácil em uma comunidade com estoque substancial de capital social. Em primeiro lugar, redes de cidadãos e engajamento promovem normas robustas de reciprocidade generalizada e encorajam o surgimento da confiança social. Essas redes facilitam a coordenação e comunicação, a ampliar reputações e, assim, permitir dilemas da ação coletiva para ser resolvido. Quando a negociação econômica e política está embutida, densas redes de interação social, incentivos para o oportunismo são reduzidos.

A importância do capital social para explicar o desempenho institucional de uma região, conforme Putnam (2000), constitui-se em importante variável para compreender-se o desenvolvimento econômico e o desempenho das políticas públicas, como acompanhamos. Contudo, "entendemos que a cultura política não pode ser compreendida separadamente, mas integrada numa perspectiva sinergética que combine instituições e cultura, como circuitos endógenos de mútua determinação" (SANTOS *et al*., 2010).

Matos (2009) afirma que existe uma diferença bem evidente entre associações cujos objetivos são praticar atividades de lazer ou ritos religiosos, e associações engajadas na solução de questões públicas e problemas da coletividade. Remontando à obra "Comunidade e Democracia" de Putnam, dá-se a ideia de que a máfia siciliana contribui para o grau de conectividade, aumentando o capital social nas suas comunidades. Ocorre que muitas vezes essas oportunidades são apenas proporcionadas aos correligionários que compartilham os mesmos interesses e visões de mundo.

Neste contexto, a combinação de pobreza e desconfiança mútua minou a solidariedade horizontal, gerando o que Banfield (1958) chamou de "familismo amoral" na Itália, ou seja, uma sociedade voltada à família e seus interesses e de costas para a sociedade. O crime organizado é um elemento orgânico de modelo de desconfiança horizontal e de exploração/dependência vertical que caracterizou a cultura e a estrutura social sulista italiana durante menos de um milênio.

O fenômeno da desconfiança é apenas uma das várias formas de apoio político. Norris (1999) enumerou cinco modalidades de apoio: 1) à comunidade, que remete à vinculação dos cidadãos à nação; 2) à democracia como um ideal, referente a adesão à democracia em contraposição a outros regimes políticos; 3) ao desempenho prático da democracia, que diz respeito à satisfação dos cidadãos com o regime enquanto tal; 4) às instituições, que aponta para o grau de confiança dos cidadãos em instituições públicas; e 5) aos governos e/ou lideranças políticas.

Particularizando para a América Latina, Carballo (2015) expressa que a maioria dos cidadãos da América Latina desconfia das instituições, contudo destacou o papel predominante da família no bem-estar, que funcionaria como um compensador da falta de confiança em tudo que não é do círculo interno, ou seja, nas instituições. Esta percepção, indica um baixo nível de capital social na região.

Assim sendo, há várias razões que mostram a possibilidade de desenvolvimento local por meio de práticas de associativismo, situações capazes de reverter estágios de declínio da economia, tendo como principal motivação o capital social, por intermédio da mobilização comunitária e criação de cooperativas (PUTNAM, 2000).

Para Carballo (2015), a promoção do capital social é essencial para alcançar um maior bem-estar da população. Confiança, tanto interpessoal quanto em instituições, é a base para o bom funcionamento de uma sociedade e da sua democracia.

DEMOCRACIA: UM CONCEITO POLISSÊMICO

Revisando a literatura especializada, vê-se que o conceito de democracia é polissêmico. Neste particular, Baquero (2018) encontrou 115 adjetivos de democracia. Em termos procedimentais, a democracia pode ser definida enquanto um conjunto de normas, regras e procedimentos que estabelecem um caminho para se chegar a uma decisão política (BOBBIO, 1986). Democracia é um termo que, sob uma base de reflexão etimológica, significa a união entre dois vocábulos gregos: dêmos (povo) e krátos (poder) (SOUSA, 2023). Portanto, [...] na literatura política, encontra-se um elenco relativamente grande de definições sobre a democracia, tendo em vista que, como toda matéria essencialmente social, a democracia não pode ser estudada como algo definitivo e acabado, mas como algo em construção" (CASTRO, 2014, p. 35).

Democracia é um regime que permite que os membros de uma comunidade sejam politicamente iguais para determinar as políticas de associação e contestação (DAHL, 2006). Os elementos anteriores são requisitos mínimos para uma democracia, e implicam, por um lado, a garantia de existência de instituições e os canais de participação, mas também atitudes cidadãs que permitam suportar e consolidar o regime (FEDOZZI, 2001).

A primeira onda de democratização precedeu a I Guerra Mundial e imediatamente após, um certo número de novas democracias foi estabelecido. Muitas delas não sobreviveram às crises do período entre guerras. O caso mais trágico, com as consequências mais graves foi o da Alemanha. No papel, a constituição da República de Weimar em 1918 era uma democracia modelo, que na prática, não sobreviveu.

As instituições democráticas eram vistas por muitos alemães como um elemento estranho imposto de fora pela derrota na I Guerra Mundial. Mas uma coisa é adotar a democracia formal e outra coisa tornar-se uma democracia estável. As elites autoritárias ainda possuíam algumas posições influentes, e a cultura política de massa subjacente não era congruente com a democracia (ECKSTEIN, 1966). A democracia não conseguiu desenvolver uma lealdade profunda das massas, o que poderia tê-la ajudado a passar tempos difíceis, como a hiperinflação dos anos 1920 e o desemprego massivo dos anos 1930.

O pós-guerra e os primeiros casos da segunda onda ocorreram principalmente por causas externas de pressão internacional. A maioria dos casos consistia em países que haviam sido derrotados na guerra ou de nações que lutavam pela descolonização. Neste sentido, Almond e Verba (1963) afirmam que o pós-guerra ajudou o governo dos Estados Unidos a implantar a democracia para não deixar os russos tomarem conta.

Desde a terceira onda de democratização, no final dos anos 70 que foi relativamente rápida, resultou principalmente de causas internas e se manifestou por ocasião do colapso de regimes autoritários, e de mobilização popular, pressionando por mais democracia e liberdade. Huntington (2002) anunciava que o mundo atestava uma inflação das democracias eleitorais. Uma primeira característica do regime democrático são as eleições livres e competitivas para a escolha dos cargos de liderança e, cabe ressaltar, que os países que adotam a democracia eleitoral têm vantagens, incluindo acesso privilegiado ao apoio financeiro ocidental. Qualquer regime que não satisfaça essa condição não pode ser considerado uma democracia (BOBBIO, 1986). Nesta ótica, do ponto de vista emancipativo, os direitos populares que autorizam as pessoas a fazerem suas próprias escolhas em questões individuais e ter suas escolhas contadas em questões coletivas são de primeira ordem ferramentas da democracia.

O avanço de novas democracias no mundo é evidente. Em 1790, havia três democracias no mundo. Em 1926, 20 países tinham credenciais para serem considerados democráticos. Já em 1942, em virtude da Segunda Guerra Mundial, este número declinou agudamente para 12. Contudo, logo após a Segunda Guerra esse número subiu para 66 e no ano 2000, 120 países eram considerados democráticos, sendo a primeira vez que a democracia adquiriu o status de maioria em escala global. (BAQUERO, 2018)

Robert Dahl (2006, p. 3), um dos principais representantes da teoria pluralista da democracia, postula que:

> [...] a democracia é um ideal impossível de se realizar na prática, pois a própria longevidade da democracia tem contribuído para produzir confusão e discordâncias, porque esse termo tem significado diferentes coisas para diferentes pessoas em diferentes épocas.

Para Morlino (2014), embora o regime democrático seja aceito globalmente, o problema mais sério e importante diz respeito ao tipo de democracia, à qualidade da democracia. Essa é uma estrutura institucional estável que possibilita a liberdade e igualdade dos cidadãos por meio do funcionamento legítimo e correto das suas instituições e mecanismos. Neste segmento, embora se tenha avançado na compreensão sobre a questão da qualidade da democracia, Baquero (2018) afirma que ainda existem lacunas importantes que precisam ser explicadas. No âmago dessa situação, está o problema da

importação e naturalização de instituições e procedimentos inconsistentes com a realidade dos países da região latino-americana. Um cenário que privilegia unicamente a dimensão formal e procedimental da democracia, dificilmente se estabilizará e se consolidará. O autor aponta, inclusive, que a realidade dos nossos países sugere haver um crescente descontentamento e mal-estar de amplos setores da população, em virtude da ausência de um progresso social que reduza a desigualdade social e política.

Nesta situação, elites autoritárias conseguiram instalar regimes eleitorais competitivos enquanto ainda detinham poder sobre as pessoas. Porém, muitas das novas democracias demostram deficiências na sua qualidade e instituições, quanto à proteção dos direitos humanos, da insatisfação com a prestação de serviços e a corrupção, que afetam negativamente a vida dos pobres e, por conseguinte o apoio à democracia.

Quando as instituições e cultura andam de mãos dadas, há uma estabilidade, em que não há pressão sobre o governo, pois a sociedade sente-se atendida. Todavia, quando as instituições não apresentam congruência com a cultura, haverá pressão da sociedade, o que gera instabilidade. Nesta perspectiva, Santos (2021) enfatiza que a democracia é capaz de suportar tanto forças de esquerda quanto de direita, mas ela não é capaz de subsistir sem os direitos humanos. Estes por sua vez não são a mesma coisa que direitos do cidadão. "Se os direitos humanos são universais, os direitos do cidadão vão depender da Constituição de cada país, de seus processos internos e de sua cultura política" (SANTOS, 2021, p. 160).

No Brasil, segundo Monteiro e Schiavetti (2023), a existência de espaços de democracia participativa é um princípio consolidado em tratados internacionais dos quais é signatário, contudo, mesmo que as eleições tenham se tornado uma prática padronizada globalmente e o direito ao voto tenha sido promovido pela comunidade internacional e pelos movimentos populares, e saudado como um sinal de legitimidade dos governos eleitos, tal prática está longe de garantir uma democracia inclusiva. Nesta linha de conduta, muitos pesquisadores das novas democracias que surgiram na última década enfatizam a importância de uma sociedade civil forte e ativa para a consolidação da democracia.

Neste sentido, para Mingiu-Pippidi (2022), com o transcorrer do tempo a transparência evoluiu, de uma causa fomentada pela sociedade civil, passando para uma referência na governança dos Estados e promovida por organizações intergovernamentais. Em complemento a isso, Easton (1965) afirma que sem um estoque de apoio dos cidadãos em relação aos princípios, normas e valores inerentes ao regime, as democracias teriam dificuldade em se manter, especialmente diante de crises econômicas, políticas e sociais.

Nesta direção, o fortalecimento da sociedade civil está em conexão com a democracia. Atualmente temos uma sociedade com fraturas, que carece de uma cidadania ativa, porque é através da

discussão, interesse popular, e envolvimento na política que os objetivos sociais devem ser definidos e realizados. Sem envolvimento público no processo, a democracia carece tanto de sua legitimidade quanto de sua força orientadora.

Um dos papéis centrais dos cidadãos nas democracias é tomar decisões sobre assuntos políticos. Nas democracias, isso envolve decisões sobre quais partidos ou candidatos apoiar em uma eleição, bem como decisões sobre quais posições de emissão devem ser mantidas, como participar de política e assim por diante. Em outros sistemas políticos, isso pode envolver formas indiretas dessas mesmas escolhas - ou a escolha de não se envolver politicamente.

Nas últimas três décadas, estudos sobre legitimidade política mostraram a crescente preferência dos cidadãos pela democracia como forma de governo (DALTON, 2004; NORRISH, 2008). Mas a alta adesão à democracia foi recebida com mais cautela na literatura sobre as novas democracias na qual pesquisas apontam que em países com transição política recente, existe uma fragilidade da adesão à democracia.

Mudanças nos sistemas partidários das democracias ocidentais, ultimamente, refletem uma mudança na agenda política dos eleitorados e, sobretudo, nas suas prioridades valorativas. Estas transformações deram origem não só ao aparecimento de novos partidos, como a uma reorientação ideológica dos partidos tradicionais (INGLEHART, 1990).

Democracias industriais avançadas estão experimentando uma evolução nos padrões de escolha eleitoral, no desenvolvimento de um eleitorado mais sofisticado e nos esforços para ir além das restrições da democracia representativa. Os cidadãos das democracias industriais avançadas acreditaram na democracia, mas eles estão procurando maneiras de expandir o processo democrático e ampliar o envolvimento do público nas decisões que afetam suas vidas.

Para Inglehart (1990), a democracia baseada na liberdade individual, a partir do estágio de autonomia, depende da forma de organização do processo produtivo: (1) agrária – abriga o indivíduo com fortes laços primários para sobreviver; (2) industrial – amplia o grau de autonomia, não depende das relações primárias familiares, mas de vínculos de contratos, forma intermediária, mas ruim, na qual o grau de democracia ainda como politicamente de grupo (sindicatos, contratos coletivos) e (3) serviços pós-industrial – sistema de produção em que o indivíduo vende sua força de trabalho para quem quiser, resultando em maior autonomia (não-material).

A produção flexível internacionalizada ocorre diferentemente nos países e tornam as mudanças mais lentas, mesmo que os momentos já foram passados. Os valores de autoexpressão geram democracia, a classe média é a base da democracia liberal e garante que cada indivíduo pode discutir. A classe média é o fiel da balança, criada no século XX. Inglehart (1990) aponta que precisamos sair da

democracia formal para a democracia efetiva e que para tanto, necessitamos de instituições democráticas, grau de estabilidade, que carece de valores de expressão e aponta a desconexão entre elites e governantes (corrupção). Se não houver essa criação de valores de autoexpressão, não haverá democracia efetiva (que resolva os problemas da sociedade).

Inglehart (1990) ainda manifesta que o desenvolvimento humano proporciona a obtenção de benefícios aos indivíduos tanto material (economia) como cultural (processar a informação). Reforça que o desenvolvimento econômico muda valores, muda as instituições (que são ferramentas para o desenvolvimento), mas depende da base cultural do país. Estas tendências criam uma nova dinâmica no processo de democracia dos países. Inglehart e Welzel (2005) colocam que os valores de massa afetam a democracia em três abordagens: (1) legitimidade – valores de apoio e confiança às instituições; (2) comunitária do capital social – laços comunitários/associações e que geram confiança interpessoal para formação do capital social e (3) desenvolvimento humano – autoexpressão e liberdade individual. Para os autores, indivíduos livres para participar e não indivíduos associados para participar.

Neste ponto, Castro (2014) afirma que democracia liberal ocidental está passando por uma crise, pois não consegue responder, entre outras coisas à desigualdade, ao elitismo, à judicialização da política, ao aumento do poder dos grupos econômicos na política, à falência do sistema de representação tradicional, com a crescente participação via as novas redes sociais. Nesta continuidade, Ariely (2023), explica que o risco é que todas as pessoas consomem informação e a utilizam para entender o que acontece ao seu redor e a (des)informação nas redes sociais, vai puxando as pessoas cada vez mais para o fundo, citando o negacionismo científico como exemplo.

Nesta sequência, Levitsky e Ziblatt (2023) apontam um outro fator relevante de crise, que os Estados Unidos sofreram uma reação autoritária feroz nas últimas eleições que fez seus aliados duvidarem do seu futuro democrático. Todavia, o Informe do LatinoBarómetro apontou que o ano de 2024 mostra que mesmo os aspectos negativos de uma década podem ser revertidos. A democracia pode tornar-se resiliente. Em 2024, 52% dos latino-americanos (sem incluir a Nicarágua) apoiam a democracia, percentual que significa um aumento muito significativo de quatro pontos percentuais em relação ao 2023. Desde 2010, já se passaram quatorze anos desde que o apoio à democracia não se recuperou com este vigor.

Na sequência do que foi apresentado sobre as características da democracia, segundo a teoria da cultura política, a confiança interpessoal e a confiança nas instituições políticas são pré-condições também para a formação de associações secundárias, que, por sua vez, podem agir como promotoras da participação popular e, consequentemente, do aperfeiçoamento da democracia. Para o bom funcionamento das instituições políticas, diz a literatura especializada (COLEMAN, 1988;

INGLEHART, 1990; FUKUYAMA, 1996; PUTNAM, 2000; BAQUERO 2018), é imperativa a confiança dos cidadãos nestas instituições e a baixa credibilidade colabora com a desconfiança. Na América Latina e no Brasil particularmente, como argumenta Baquero (2018), temos tido uma democracia que o autor conceitua como inercial, em outras palavras, uma democracia que, em termos institucionais, avançou de certa forma nos últimos anos, mas, em termos substanciais, tais como, crescimento econômico, investimentos sociais e cultura política aderente às instituições, se mantém estagnada e inerte na região.

METODOLOGIA

A fundamentação metodológica deste trabalho está baseada no método quantitativo, de pesquisa tipo survey, sendo utilizada a base de dados originária da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*/ WVS) no período entre 2010 a 2020.

A Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*/ WVS) se constitui em uma investigação mundial sobre valores socioculturais e políticos, desenvolvida em cerca de 100 sociedades em todos os seis continentes habitados, o que inclui o Brasil, e fornece informações sobre crenças individuais, política, economia, assuntos religiosos, sociais e éticos, finanças pessoais, relações familiares e sociais, felicidade e satisfação com a vida (WVS, 2024). As pesquisas do WVS são realizadas por meio de questionários apresentados em escala global. Dentro de cada país, as amostras são selecionadas aleatoriamente em todas as unidades administrativas regionais. Todas as entrevistas são feitas pessoalmente, em domicílio e no idioma nacional.

A coleta de dados deu-se pelo projeto *World Values Survey* (WVS) e optou-se pelas 6ª e 7ª Ondas em virtude da última década de 2010 ter sido muito caracterizada como já explicamos, por crises econômicas e políticas. No que se refere à população e amostra, no Brasil foram realizadas pesquisas em mais de 150 municípios. A 6ª Onda (2010-2014) contou com 1.486 participantes e a 7ª Onda (2017-2020) com 1.762 respondentes, correspondendo a um erro amostral de 2% e confiança de 95%. O significado da palavra Onda e suas respectivas numerações, refere-se ao período da pesquisa aplicada simultaneamente em diferentes países do mundo.

Por intermédio do software SPSS V24, extraímos cálculo de percentuais, cruzamentos. Os dados foram analisados mediante estatística descritiva com tabelas de frequência.

Para este trabalho, foram selecionadas apenas as informações relacionadas as categorias de análise capital social e democracia. Os dados são de indivíduos que compuseram amostras

representativas do Brasil, e cujas inferências permitem descobrir ou analisar algumas características gerais das atitudes da população brasileira.

Apresentamos as categorias de conteúdos que compõe este estudo, em que se faz necessário alinhar alguns critérios gerais para a avaliação dos conceitos apresentados no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Modelo de Operacionalização das Categorias de Análise

Categorias	Dimensões	Indicadores	Características	Questões/Código
Capital Social, Confiança e Associativismo Putnam Fukuyama Tocqueville	Bem-estar subjetivo	Confiança	Participação	V.24 (6ª) e Q.57 (7ª) **Confiança Interpessoal** "De modo geral, o(a) Sr.(a) diria que pode confiar na maioria das pessoas ou precisa ser muito cuidadoso com elas? 1. A maioria das pessoas são de confiança 2. É preciso ser muito cuidadoso V.104 (6ª) e Q.60 (7ª) **Confiança nos amigos** "Confiança nas pessoas que você conhece pessoalmente (amigos)" 1. Confia totalmente 2. Confia em parte 3. Confia pouco 4. Não confia
Democracia Baquero Almond e Verba Huntington Inglehart	Regime político	Importância da democracia	Liberdade e igualdade	V.140 (6ª Onda) Em que medida é importante para o(a) Sr(a) viver em um país que é governado de maneira democrática? Q.250 (7ª Onda) Nesta escala, em que 1 significa "nada importante" e 10 significa "totalmente importante"
		Sistema político	Normas jurídicas	V.130(6ª) Q.238 (7ª) **Ter um sistema político democrático** 1. Ótimo 2. Bom 3. Ruim 4. Péssimo

Fonte: Elaboração própria.

Neste processo de elaboração, as categorias teóricas e seus conceitos se constituem nas ferramentas indispensáveis, mas não suficientes e nem estáticas, da apreensão das determinações que nos permitem penetrar no tecido mais profundo da realidade investigada. Com o propósito de verificar os pressupostos da realidade brasileira, estabelecemos duas categorias de análise: capital social e democracia a fim de responder o objetivo geral deste estudo, seguindo as etapas descritas e utilizadas por Monteiro e Schiavetti (2023), em seus estudos sobre práticas de gestão e revisão do estoque regulatório no Brasil: impactos de novo arcabouço normativo.

Nossa hipótese de trabalho postula que o declínio do capital social do país, na década em tela, está associado diretamente à crença na democracia, na qual há uma relação de associação entre capita social e democracia.

Nosso esquema de análise dos dados compreendeu quatro etapas articuladas entre si, buscando-se atentar para a natureza quantitativa da pesquisa.

Assim, num primeiro momento, nossa análise realizou-se a partir das evidências científicas do conceito de capital social e democracia. Num segundo momento, buscamos identificar o nível de confiança dos brasileiros. Em seguida, objetivamos detectar a adesão à democracia no país, utilizando perguntas mais específicas contemplas no questionário do WVS. E, por último, nosso objeto de pesquisa, investigar em que medida a diminuição do capital social teve impacto sobre a confiança na democracia na década 2010-2020.

A partir da proposta, verifica-se que é possível derivar indicadores que embasem a hipótese apresentada, demonstrando, assim, o alinhamento entre a proposta teórica e as evidências empíricas. Essas categorias foram mensuradas diretamente por um conjunto de estudos da literatura e de questões do questionário do *World Values Survey*/WVS, em que os respondentes manifestavam sua percepção acerca de cada uma delas.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva e analítica, que segundo Marconi e Lakatos (2021) tem por objetivo descrever as características de determinada população, ou fenômeno, e estabelecer relações entre variáveis, neste caso entre o capital social e a democracia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Putnam (2000), o capital social são práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação, promovendo aumento dos benefícios de investimento em capital físico (refere-se a objetos físicos) e humano (refere-se às propriedades dos indivíduos). Nesta linha, Carballo (2015) atesta que confiança, tanto em outras pessoas quanto em instituições, é a base para o bom funcionamento de uma sociedade. Inglehart e Welzel (2005) apontam que laços comunitários/associações geram confiança interpessoal para formação do capital social e, nesta perspectiva, aos autores colocam que a participação das massas, junto com a confiança interpessoal, são importantes para a consolidação e estabilidade da democracia.

Portanto, a democracia é um regime que permite que os membros de uma comunidade sejam politicamente iguais para determinar as políticas da associação (DAHL, 2006). Neste sentido, a

democracia deve fornecer oportunidades de inclusão social e participação efetiva, nas quais os cidadãos têm igualdade de voto. Utilizamos em nossa análise, uma das modalidades de apoio político evidenciado por Norris (1999), o desempenho prático da democracia, que diz respeito à satisfação dos cidadãos com o regime. Neste sentido, buscamos evidências dos níveis de confiança dos brasileiros nas instituições democráticas, advindos das 6ª e 7ª Ondas do WVS.

A Tabela 1 expõe a dimensão "Confiança Interpessoal" na perspectiva da população brasileira. Apuramos a distribuição dos brasileiros em relação ao capital social. Quando perguntados: "De modo geral, o(a) Sr(a) diria que pode confiar na maioria das pessoas ou precisa ser muito cuidadoso com elas?

Tabela 1 – Confiança Interpessoal nas 6ª e 7ª Ondas do WVS

V.24 Confiança nas pessoas que você conhece pessoalmente (amigos) - 6ª Onda			**Q.57 A maioria das pessoas pode ser confiável - 7ª Onda**		
	Frequência	**Porcentagem**		**Frequência**	**Porcentagem**
A maioria das pessoas são de confiança	105	7,1%	A maioria das pessoas são de confiança	115	6,5%
É preciso ser muito cuidadoso	1.370	92,2%	É preciso ser muito cuidadoso	1.614	91,6%
Não sabe	11	0,7%	Não sabe	28	1,6%
	0	0,0%	Não respondeu	5	0,3%
Total	**1.486**	**100,0%**	**Total**	**1.762**	**100,0%**

Fonte: Elaboração própria. Baseada nas 6ª e 7ª Ondas do WVS (2024).

Segundo a Tabela 1, a confiança interpessoal é baixa, em ambas as Ondas, 6ª e 7ª, os que se declararam que confiam "na maioria das pessoas" ficou em cerca de 7,1% e 6,5%, respectivamente. Na 6ª Onda (2010-2014) a escolha por "é preciso ser muito cuidadoso" apresentou 92,2%, enquanto na 7ª Onda (2017-2020) 91,6% dos respondentes afirmaram esta opção, dentro da margem de erro amostral. Neste sentido, o indicador de confiança interpessoal demonstra uma desconfiança dos brasileiros nas pessoas de forma persistente, oscilando negativamente.

Este resultado corrobora com Fukuyama (1996), quando explica que nações fortes requerem acúmulo de confiança interpessoal e laços de sociabilidade dilatados. O Brasil permanece com baixa confiança interpessoal nas duas Ondas estudadas, em que a confiança nas pessoas ficou próximo a 7% apenas.

A Tabela 2 exibe a dimensão "Confiança nos amigos" na percepção dos brasileiros, quando estimulados a responder: "Gostaria de perguntar em que medida o(a) Sr(a) confia nos seguintes grupos. O(A) Sr(a) poderia me dizer se confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nas pessoas".

Tabela 2 – Confiança nos Amigos nas 6ª e 7ª Ondas do WVS

V.104 Confiança nas pessoas que você conhece pessoalmente (amigos) - 6ª Onda			Q.60 Confiança nas pessoas que você conhece pessoalmente (amigos) - 7ª Onda		
	Frequência	Porcentagem válida		Frequência	Porcentagem válida
Confia totalmente	141	9,5%	Confia totalmente	202	11,4%
Confia em parte	718	48,4%	Confia em parte	862	48,9%
Confia pouco	426	28,6%	Confia pouco	487	27,7%
Não confia	198	13,3%	Não confia	189	10,7%
Não sabe	3	0,2%	Não sabe	19	1,1%
Não respondeu			Não respondeu	3	0,2%
Total	**1.486**	**100,0%**	**Total**	**1.762**	**100,0%**

Fonte: Elaboração própria. Baseada nas 6ª e 7ª Ondas do WVS (2024).

No que diz respeito à confiança nos amigos, averiguamos uma semelhança nas Ondas estudadas, com percentuais próximos nas respostas "confiam totalmente"; "confia em parte"; "confia pouco" e "não confia", contudo com predominância dos respondentes em "confia em parte", 48,4% e 48,9%. Contudo, deve-se observar que, de acordo com o Tabela 1, as pessoas disseram que "é preciso ser muito cuidadoso" no que diz respeito à confiança em mais de 90%. Desse modo, as respostas de ambas as perguntas, estão em consonância e relatam uma certa desconfiança interpessoal dos brasileiros na última década.

Putnam (2000) já apresentava no seu livro *Bowling Alone*, que o declínio nos níveis de capital social tem produzido públicos politicamente cínicos ou apáticos. Nesta perspectiva, segundo Monteiro e Schiavetti (2023), a existência de espaços de democracia participativa é um princípio consolidado em tratados internacionais e devem promover a cidadania e a democracia. Assim, é importante para este estudo verificar evidências acerca da adesão dos brasileiros à democracia.

Na Tabela 3, quando perguntamos: "Em que medida é importante para o(a) Sr(a) viver em um país que é governado de maneira democrática? Nesta escala, em que 1 significa "nada importante" e 10 significa "totalmente importante", que ponto o(a) Sr(a) escolheria?"

Tabela 3 – Importância da Democracia nas 6ª e 7ª Ondas do WVS

Importância da Democracia				
Importância da Democracia V.140 (6ª) e Q.250 (7ª)	**6ª Onda (2010-2014)**	**6ª Onda (2010-2014)**	**7ª Onda (2017-2020)**	**7ª Onda (2017-2020)**
Nada importante	54	3,7%	65	4,0%
2	21	1,4%	16	1,0%
3	17	1,2%	27	1,6%
4	39	2,7%	41	2,5%
5	155	10,9%	179	11,5%
6	86	5,9%	74	4,5%
7	83	5,8%	77	4,8%
8	136	9,5%	125	7,7%
9	119	8,3%	76	4,7%
Absolutamente importante	724	50,6%	927	57,7%
Total	1.435	**100,0% (válida)**	1.606	**100,00% (válida)**
Não respondeu	5		131	
Não sabe	47		24	
Total	**1.486**		**1.762**	

Fonte: Elaboração própria. Baseada nas 6ª e 7ª Ondas do WVS (2022).

A Tabela 3 aponta como os brasileiros julgam a importância com a democracia. Na 6ª Onda, para aqueles que consideram como "absolutamente importante" tem o maior percentual 50,6% e na 7ª Onda 57,7%. No outro extremo, encontramos um percentual de 3,7% para os que julgam "nada importante" a democracia na 6ª Onda e 4% na 7ª Onda. Todavia, quando agrupamos ainda na 6ª Onda, os cinco percentuais mais próximos do "absolutamente importante", temos um total de 80,1 pontos percentuais, já, quando somamos os cinco percentuais, mais próximos ao "nada importante", somam apenas 19,9%. Na 7ª Onda, esta avaliação se confirma com uma predominância dos que julgam "absolutamente importante a democracia" em 79,4% (somando os cinco percentuais) e 20,6% (somando os cinco percentuais) mais próximos do "nada importante". Percebemos uma pequena queda na importância da democracia para os brasileiros da 6ª Onda (2010-2014) para a 7ª Onda (2017-2020), ainda que dentro da margem de erro.

Todavia, o Informe do LatinoBarómetro (2024) indicou que em uma democracia resiliente, os pontos negativos de uma década podem ser revertidos.

Nesta sequência, apresentamos o cruzamento da confiança interpessoal dos brasileiros (Tabela 1) com a importância da democracia (Tabela 3). A Tabela 4 expõe o resultado dessa relação.

Tabela 4 - Confiança Interpessoal X Importância da Democracia nas 6ª e 7ª Ondas do WVS

Confiança Interpessoal X Importância da Democracia na 6ª e 7ª Ondas do WVS		
Confiança nas Pessoas	**Quanto a importância da democracia: 6ª Onda (1=nada importante e 10=absolutamente importante)**	**Quanto a importância da democracia: 7ª Onda (1=nada importante e 10=absolutamente importante)**
A maioria das pessoas são de confiança	0,75	0,85
É preciso ser muito cuidadoso	9,25	9,15
Total (N=1486 N=1762)	**10,00**	**10,00**

Fonte: Elaboração própria. Baseada nas 6ª e 7ª Ondas do WVS (2024).

A Tabela 4 revela um maior número de brasileiros que tem confiança interpessoal e consideram a democracia importante aumentou da 6ª Onda (2010-2014) em relação à 7ª Onda (2017-2020). Por outro lado, o número dos brasileiros mais cuidadosos diminuiu em relação à importância da democracia. Pode-se inferir que, quando a confiança interpessoal cresce, cresce a importância da democracia, ao passo que, quando a confiança interpessoal cai, cai também a importância da democracia para os brasileiros.

Na Tabela 5, quando de fato começamos a perguntar questões de ordem mais específicas sobre a democracia, como por exemplo: "O que o(a) Sr(a) pensa sobre ter um sistema político democrático no País. Diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo, o que o(a) Sr(a) escolheria?"

Tabela 5 – Ter um Sistema Político Democrático nas 6ª e 7ª Ondas do WVS

V.130 Ter um sistema político democrático - 6ª Onda			Q.238 Ter um sistema político democrático - 7ª Onda		
	Frequência	**Porcentagem válida**		**Frequência**	**Porcentagem válida**
Ótimo	368	26,5%	Ótimo	565	37,1%
Bom	815	58,7%	Bom	770	50,6%
Ruim	138	9,9%	Ruim	131	8,6%
Péssimo	68	4,9%	Péssimo	56	3,7%
Total	**1.389**	**100,0%**	**Total**	**1.522**	**100,0%**
Não respondeu	5		Não respondeu	19	
Não sabe	92		Não sabe	221	
Total	**1.486**		**Total**	**1.762**	

Fonte: Elaboração própria. Baseada nas 6ª e 7ª Ondas do WVS (2024).

Observamos na Tabela 5, na 6ª Onda (2010-2014), 26,5% consideram "ótimo" ter um sistema político democrático, contra 4,9% que acham "péssimo" a democracia. Se somarmos as respostas de "ótimo" e "bom" teremos 85,2% dos brasileiros com inclinação a achar importante ter um sistema político democrático. Na 7ª Onda (2017-2020) os brasileiros que julgam "ótimo" estar num país democrático, sobe para 37,1% e os que concebem "péssimo" ter um sistema político democrático, cai para somente 3,7%. Quando somamos os respondentes tomam como "ótimo" ou "bom" ter um sistema democrático, cresce para 87,7%. Portanto, podemos perceber que há um contingente significativo da população brasileira que reputam importante ter um sistema político democrático no País, ou seja, há um apoio difuso ainda na democracia.

Assim sendo, a análise realizada mostra que os desafios da democracia brasileira para manter e ampliar sua legitimidade são grandes. A mera adesão à democracia por parte dos brasileiros não deve ser tomada como garantia de manutenção ou mesmo estabilidade do regime de fato.

Dentre esses indícios negativos, nenhum tem merecido tanta atenção nos últimos anos quanto à desconfiança institucional, chegando a ser considerado como um importante fator de instabilidade política (BAQUERO, 2018). Apesar de aderirem à democracia como forma de governo os brasileiros têm manifestado graus elevados de desconfiança em relação às instituições democráticas centrais e aos seus operadores.

A fim de buscar maior evidência na relação do capital social com a democracia, cruzamos as perguntas até aqui formuladas. Por fim, cruzamos as perguntas sobre a confiança nos amigos e ter um sistema democrático para a 6ª Onda (210-2014) e 7ª Onda (2017-2020). A Tabela 6 mostra a confiança nos amigos e importância da democracia na 6ª Onda do WVS (2010-2014).

Tabela 6 – Confiança nos Amigos X Ter um Sistema Político Democrático na 6ª Onda do WVS

6ª Onda – Confiança nos Amigos X Sistema Político (% para sistema político democrático)

	Sistema Político: Ter um Sistema Político Democrático			
	Ótimo	**Bom**	**Ruim**	**Péssimo**
Sentimento de Confiança				
Confia totalmente	11,8%	9,3%	6,1%	6,8%
Confia em parte	54,6%	47,4%	45,9%	41,3%
Confia pouco	25,8%	30,0%	30,9%	22,9%
Não confia	7,8%	13,3%	17,1%	29,0%
Total (N=1486)	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: Elaboração própria. Baseada nas 6ª e 7ª Ondas do WVS (2024).

Olhando os dados da Tabela 6, quando relacionamos a confiança nos amigos e ter um sistema político democrático, podemos verificar que, os que consideram "ótimo ter um sistema político democrático" e 11,8% "confiança totalmente nos amigos", enquanto os que "confiam em parte", representam 54,6%, "confiam pouco" são 25,8% e "não confia" apenas 7,8%. Na ponta direita da tabela, do grupo de pessoas que disseram que ter um sistema político democrático é "péssimo", o percentual de "confia totalmente" caiu para 6,8% e os que "confia em parte" são 41,3%, "confiam pouco" 22,9% e "não confia" 29%, um percentual bem expressivo. Portanto, os dados da 6ª Onda mostram uma certa relação positiva entre confiança nos amigos e ter um sistema político democrático. Na medida em que as pessoas avaliam o sistema democrático como péssimo a confiança nos amigos também cai.

A Tabela 7 mostra a confiança nos amigos e importância da democracia na 7ª Onda do WVS (2017-2020).

Tabela 7 – Confiança nos Amigos X Ter um Sistema Político Democrático na 7ª Onda do WVS

7ª Onda – Confiança nos Amigos X Sistema Político (% para sistema político democrático)

	Sistema Político: Ter um Sistema Político Democrático			
	Ótimo	**Bom**	**Ruim**	**Péssimo**
Sentimento de Confiança				
Confia totalmente	11,9%	11,3%	12,5%	9,7%
Confia em parte	55,3%	49,8%	38,2%	30,3%
Confia pouco	25,3%	28,8%	30,8%	35,7%
Não confia	7,5%	10,1%	18,5%	24,3%
Total (N=1762)	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: Elaboração própria. Baseada nas 6ª e 7ª Ondas do WVS (2024).

Investigando a Tabela 7, quando relacionamos a confiança nos amigos e ter um sistema político democrático, podemos verificar que o fenômeno se repete na 7ª Onda como na 6ª Onda: os que consideram "ótimo ter um sistema político democrático", "confiança totalmente nos amigos" são 11,9%, enquanto os que "confiam em parte", representam 55,3%, "confiam pouco" 25,3 e apenas 7,5%

disseram que “não confia”. Do outro lado, do grupo de pessoas que disseram que ter um sistema político democrático é “péssimo”, o percentual de “confia totalmente” caiu para 9,7%. Já o percentual das pessoas que “não confia”, representam 24,3%. Portanto, os dados da 7ª Onda demostram também uma relação positiva entre confiança nos amigos e ter um sistema político democrático.

Olhando conjuntamente as Tabelas 6 e 7, que corresponde a 6ª e 7ª Ondas, observa-se que as pessoas que consideram “ter um sistema ótimo de governo”, disseram “confiar totalmente” e “confiar em parte” 66,4% na 6ª Onda, contra 67,2%, na 7ª Onda, um leve crescimento ao passo que as pessoas que disseram “confiar pouco” e “não confiar” caíram 33,6% para 32,8%. Podemos inferir que nas duas Ondas observarmos uma correlação positiva entre confiança nos amigos e avaliação positiva do sistema democrático.

À vista disso, Levitsky e Ziblatt (2023), citam que os Estados Unidos sofreram uma reação autoritária nas últimas eleições e pode estar levando seus aliados desconfiarem do seu futuro democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou em que medida a diminuição do capital social teve impacto sobre a confiança na democracia no período de 2010 a 2020. Os resultados encontrados no estudo mostraram que houve um declínio na confiança interpessoal dos brasileiros no período de 2010 a 2020 na pergunta padrão feita nas duas Ondas, bem como à confiança nos amigos, permaneceu baixa, muito embora com uma leve oscilação positiva da 6ª Onda (2010-2014) com a 7ª Onda (2017-2020), porém dentro da margem de erro.

Verificou-se também uma leve queda na importância da democracia quando agrupados os cinco percentuais (do 6 ao 10 “democracia absolutamente importante”), na 6ª Onda foi de 80,1% para 79,4% na 7ª Onda, refletindo um descontamento dos brasileiros no período 2010 a 2020, mas ainda dentro da margem de erro, embora podemos perceber que há um contingente significativo da população brasileira que reputam importante ter um sistema político democrático no País. A democracia no Brasil segue o padrão da democracia inercial, que aludimos neste trabalho, em outras palavras, uma democracia que não avança, que mantém algum nível de apoio difuso, mas baixos níveis de apoio específico, combinados com baixo capital social.

Quanto aos dados estatísticos, houve relação positiva entre as variáveis confiança interpessoal e democracia, apontando que quando a confiança interpessoal cresce, cresce a importância da democracia,

ao passo que, quando a confiança interpessoal cai, cai também a importância da democracia para os brasileiros.

A relação da confiança nos amigos e ter um sistema político democrático, indicou que também há uma relação positiva, na medida em que aumenta a confiança nos amigos aumentam a confiança no sistema democrático e vice e versa. Estudos seguintes poderiam ser aprofundados aplicando-se testes estatísticos de correlação para confirmar definitivamente o que os dados têm demonstrado nesta altura da pesquisa: capital social e democracia estão relacionados.

Recomenda-se para estudos futuros investigar a relação que existe entre capital social e a participação política, à medida que as pessoas estabelecem que tem mais confiança uma nas outras elas podem participar mais ativamente na política, seja participar em campanhas, mobilizações sociais e coletivas, na discussão de assuntos políticos, no acesso aos serviços de informação digital e transparência e na conquista dos direitos de cidadania mediante à extensão dos direitos políticos e políticas públicas.

É possível inferir, com base nos resultados apurados, que quanto maior a confiança interpessoal e nas instituições democráticas, maior é o apoio dos brasileiros à democracia. Em nível global, o capital social tem uma relação clara e positiva com a democracia, como aqui neste caso analisado no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture**: political attitudes and democracy in five nations. New York: Sage, 1963

ARIELY, D. **Misbelief**: What Makes Rational People Believe Irrational Things. London: Bonnier Books, 2023

BANFIELD, E. **The moral basis of a backward society**. New York: Free Press, 1958.

BAQUERO, M. **Democracia Inercial**: Assimetrias entre Economia e Cultura Política na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

BOBBIO, N. **The future of Democracy**: a defense of the rules of the game. Rio de Janeiro: Editora Peace and Land, 1986.

CARBALLO, M. **La felicidad de la naciones**: claves para un mundo mejor. Buenos Aires: Sudamericana, 2015.

CASTRO. H. C. O. **Cultura política comparada**: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile. Brasília: Editora Verbena, 2014.

COLEMAN, J. S. “Social capital in the creation of human capital”. **American Journal of Sociology**, vol. 94, 1988.

DAHL, R. **A Preface to Democratic Theory**. Chicago: University of Chicago Press Chicago, 2006.

DALTON, R. J. **Democratic Challenges, Democratic Choices**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

EASTON, D. A **Framework for Political Analisys**. New Jersey: Prentice-Hall, Inc, 1965.

ECKSTEIN, H. **Division and cohesion in democracy**: a study of Norway. Princeton: Princeton University Press, 1966

FEDOZZI, L. **Orçamento Participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: valores sociais e criação de prosperidade. Lisboa: Editora Gradiva, 1996.

HUNTINGTON, S. **La tercera ola / The third wave**: La democratizacion a finales del siglo XX. Barcelona. Paidos Iberica Ediciones, 2002.

INGLEHART, R. **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy**: the human development sequence. New York: Cambridge University Press, 2005.

LATINOBARÓMETRO. "Informe Latinobarómetro 2024: La Democracia Resiliente". Latinobarómetro [2024]. Disponível em: <www.latinobarometro.org>. Acesso em: 26/12/2024.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How to save democracy**. New York: Crown, 2023.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2021.

MATOS, H. **Capital Social e Comunicação**: Interfaces e articulações. São Paulo: Editora Summus, 2009.

MINGIU-PIPPIDI, A. "Transparency and corruption: Measuring real transparency by a new index". **Regulation and Governance** [2022]. Available in: <www.wilei.com>. Access in: 27/12/2024

MONTEIRO, R. R.; SCHIAVETTI, A. "direito, unidades de conservação e instituições participativas: aspectos jurídicos normativos sobre a perspectiva sócio-histórica". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 38, 2023.

MORLINO, L. "How to Assess Democracy. What Alternatives**?" XV April International Academic Conference on Economic and Social Development**. Moscow: igher School of Economics, 2014.

NORRIS, P. (org.). **Critical citizens**: global support for democratic government. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NORRISH, J.; VELLA-BRODRICK, D. "Is the study of happiness a worthy scientific pursuit?" **Social Indicators Research**, vol. 87, 2008.

PUTNAM, R. "The prosperous community: social capital and public life". **The American Prospect**, vol. 13, 1993.

PUTNAM, R. **Bowling alone**: The collapse and revival of American community. New York: Simon and Schuster, 2000.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, E. R. **Ciência Política**: lições sobre o Jogo de Poder. Ijuí: Editora Unijui, 2021.

SANTOS, E. R. *et al*. **Poder e dominação no Brasil**: A escola superior de guerra (1974-1989). Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

SEN, A. **Development as Freedom**. New York: Anchor Books, 2000.

SOUSA, M. A. A. "Direito internacional e democracia brasileira: um diálogo necessário". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 40, 2023.

TOCQUEVILLE, A. **Democracy in America**. Michigan: University of Michigan Library, 2000.

WVS - World Values Survey. "Online data analysis". **WVS** [2018]. Disponível em: <www.worldvaluessurvey.org>. Acesso em: 13/10/2024.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 20 | Nº 60 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima